GOVERNO DE PERNAMBUCO

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria de Educação e Esportes

Conselho Estadual de Educação

INTERESSADA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRACUNHAÉM
ASSUNTO:	APRECIAÇÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 07/2025
RELATOR (A):	CONSELHEIROS(AS) MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESIDENTE), HUMBERTO JOÃO CARNEIRO FILHO, MÁRCIA DOS SANTOS SILVA, PAULO FERNANDO DE VASCONCELOS DUTRA, WELSON LUIZ DA COSTA SANTOS
PROCESSO Nº	14000110005178.000219/2026-97
PARECER CEE/PE Nº 146/2026 - COMISSÃO ESPECIAL	*APROVADO PELO PLENÁRIO EM* : 28/10/2026

1 DO PEDIDO

O Secretário de Educação do Município de Tracunhaém encaminhou para este Conselho Estadual de Educação (CEE-PE), em atenção à **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** e à **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 19 de junho de 2026,** o pedido de revisão da Política de Educação Integral em Tempo Integral instituída no âmbito do respectivo município no Estado de Pernambuco.

Constam do processo os seguintes documentos:

1. Lei Municipal nº 727, de 30 de junho de 2026, institui o Programa de Educação em Tempo Integral - ProETI, no âmbito do município de Tracunhaém e estabelece suas diretrizes; atualiza o Decreto Municipal nº 021/2024;

2. Proposta Pedagógica para o Ensino em Tempo Integral, subscrita pela Secretária Municipal de Educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A ampliação de matrículas na educação básica em tempo integral ocorrerá, obrigatoriamente, em escolas que apresentem propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, com foco prioritário nas escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e nos estabelecimentos de ensino que ofereçam matrículas de ensino médio articuladas com a educação profissional e tecnológica, nas modalidades integrada ou concomitante. A solicitação em apreço fundamenta-se em instrumentos legais vigentes que referenciam, especialmente, as diretrizes da Proposta Pedagógica das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral:

- **Lei Nº 14.640, de 31 de julho de 2023:** Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

- **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025**: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

- **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 19 de junho de 2026:** Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 estabelece a Educação Integral em Tempo Integral como política pública estruturante destinada à garantia do direito à educação e ao desenvolvimento integral dos estudantes, compreendido em suas diferentes dimensões. Para sua efetivação, a norma associa a ampliação da jornada escolar, com duração mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, à adoção de proposta curricular coerente com os princípios da Educação Integral, com a Base Nacional Comum Curricular e com as especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica. A implementação dessa política deve considerar seis dimensões estratégicas: acesso e permanência com equidade; gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral; articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades; currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento; valorização e desenvolvimento profissional de educadores; e monitoramento e avaliação.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2026, ao alterar a Resolução CNE/CEB nº 7/2025, determinou ainda que os entes federativos elaborem ou revisem ato normativo específico que institua sua Política de Educação Integral em Tempo Integral, submetendo-o à apreciação do respectivo Conselho de Educação, até 31 de outubro de 2026. Nesse sentido, as Resoluções CNE/CEB nº 7/2025 e nº 2/2026, em

conjunto com as orientações específicas expedidas pelo Ministério da Educação, constituem o referencial normativo e orientador que fundamenta a análise que segue.

3 ANÁLISE

Com base nas Diretrizes Operacionais Nacionais e no Guia Sintético de Apoio para Adequação à Resolução CNE/CEB nº 7/2025, observa-se que o Município de Tracunhaém apresenta proposta pedagógica que contempla aspectos relevantes das seis dimensões da Educação Integral em Tempo Integral. A Proposta informa que a Lei Municipal nº 727/2026 instituiu o Programa de Educação em Tempo Integral de Tracunhaém (ProETI), atualizando o Decreto Municipal nº 021/2024, que institui a Política de Escola em Tempo Integral no município de Tracunhaém.

No acesso e permanência com equidade, o documento explicita a priorização de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, menciona o Cadastro Único como referência e prevê medidas para redução de evasão, abandono e reprovação. Reconhece, ainda, especificidades da educação do campo, da educação especial e de outros públicos.

Quanto à gestão da política, a proposta descreve a Equipe Gestora de Educação Integral, suas coordenações e atribuições, os Planos de Ação, o Projeto Político-Pedagógico e instrumentos de planejamento escolar, prevendo a participação da comunidade e acompanhamento anual. Essas disposições representam avanços organizacionais, mas demandam comprovação dos atos regulamentares pertinentes e maior explicitação dos mecanismos de participação, transparência e prestação de contas ao Conselho Municipal de Educação.

Na articulação intersetorial e integração com os territórios, prevê-se a constituição de Comitê Gestor Intersetorial, o mapeamento de equipamentos e saberes locais, a celebração de termos de cooperação e a aproximação com saúde, assistência social, cultura e proteção de crianças e adolescentes.

Na dimensão curricular e pedagógica, a proposta adota a concepção de desenvolvimento multidimensional, a integração entre BNCC e parte diversificada, a avaliação formativa e o protagonismo estudantil. Prevê jornada de sete horas diárias, com até seis aulas de cinquenta minutos, refeições, repouso e intervalos, e apresenta matrizes para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. No que se refere à valorização e ao desenvolvimento profissional, a proposta estabelece funções e atribuições das equipes escolares, cargas horárias de trabalho e previsão de formação continuada para gestores, docentes e demais profissionais. É oportuno detalhar o planejamento das formações, as condições de trabalho e a articulação com instituições formadoras, conforme a realidade da rede.

Dessa forma, a documentação evidencia alinhamento pedagógico relevante às diretrizes nacionais, com necessidade de complementação dos instrumentos de regulamentação, expansão, operacionalização e monitoramento.

4 VOTO DOS RELATORES

Diante do exposto, os relatores manifestam-se **FAVORAVELMENTE** à proposta de adequação da Política de Educação Integral em Tempo Integral à Resolução CNE/CEB nº 7/2025 no âmbito do Município de Tracunhaém. Contudo, recomenda-se à Secretaria Municipal de Educação:

- superar, nos atos normativos e na organização curricular, a lógica de turno e contraturno, assegurando currículo integrado e um único percurso formativo ao longo da jornada;

- designar de uma equipe/pessoa responsável na secretaria municipal de educação para coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação do programa;

- assegurar plano permanente de formação continuada para gestores, docentes e demais profissionais que atuam nas escolas integrais;

- fortalecer a articulação com os fluxos de atendimento e proteção dos estudantes, os critérios para parcerias e os mecanismos de participação da comunidade escolar e dos colegiados.

- estabelecer mecanismos contínuos de acompanhamento e avaliação da referida política, mediante submissão de relatórios ao Conselho Municipal de Educação abrangendo indicadores de expansão, permanência dos estudantes, desempenho pedagógico, equidade e integração intersetorial;

- consolidar o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, com metas, cronograma, critérios de priorização, previsão das condições de infraestrutura, recursos humanos, transporte, alimentação e sustentabilidade financeira;

- orientar as unidades escolares para a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos e Regimento Escolar sempre que houver implantação ou ampliação da oferta de Educação Integral.

É o Parecer.

5 CONCLUSÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

A Comissão Especial de Acompanhamento da Atuação do Conselho Estadual de Educação no Programa Escola em Tempo Integral encaminha o presente parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2026.

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS – Presidente

HUMBERTO JOÃO CARNEIRO FILHO

MÁRCIA DOS SANTOS SILVA

PAULO FERNANDO DE VASCONCELOS DUTRA

WELSON LUIZ DA COSTA SANTOS

6 DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer da Comissão Especial nos termos do Voto da Comissão Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 28 de outubro de 2026.

Natanael José da Silva

Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Natanael José da Silva**, em 29/10/2026, às 14:13, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **96141503** e o código CRC **B039395E**.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Av. Rui Barbosa, 1559 - Graças, Recife - PE - CEP: 52050-000 - Telefone: (81) 3181-2686